

MUDANDO VALORES NA ESCOLA; PRATICANDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lia da Costa Alvim Alvarenga*

* Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas das Faculdades Jorge Amado – FJA, Salvador - BA. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: lia.alvarenga@uol.com.br

Resumo: *A tarefa de educar ambientalmente alunos dos cursos de graduação passa, obrigatoriamente, pela mudança de valores. Uma vez incorporadas as leis e práticas conservacionistas, o que até então configurava-se como norma passa a ser princípio, possibilitando não apenas um arcabouço de conhecimentos teóricos mas também ações práticas que sirvam não só de método, mas sim de prática diária junto aos alunos dos ensinos Fundamental e Médio. O pensamento da educação ambiental traz embutido em si a mesma lógica das outras educações, ou seja, ensinar a andar e acompanhar o aprendiz até que esse possa caminhar sozinho. A presente leitura presta-se a levantar fundamentos dentro do movimento da educação ambiental para que cada um possa embasar-se e descobrir um ou mais fazeres da educação ambiental adequados a cada realidade, a cada tempo.*

Palavras-chave: educação ambiental, valores, escola, conservação.

Abstract: *The task of working with environmental education in graduate educational level implies, necessarily, in a change of values. Once the conservation laws and practices are incorporated, what figured before as norms become principle, turning possible not only the construction of a theoretical knowledge and also in a group of practices which serve not only as a method, but in daily actions for the students of basic education. The logic of environmental education consists, as others educational fields, in teaching the students how walk, and follow the process until they can walk by themselves. The present work intends to discuss the basis, inside the environment educational movement, which make possible to any person, who intend to work in this subject, to enlarge their knowledge and discover ways of working with environmental education, adapted to different situations and times.*

Keywords: environmental education, values, school, conservation.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental assume papel transformador uma vez que seu grande desafio é o de mudar valores. Em uma sociedade encontramos, de um lado, aqueles que levam o indivíduo a crer que a natureza e o homem são entidades separadas e até antagônicas e, do outro lado, a visão unificada do homem-natureza integrados em um mesmo todo. O grande desafio da educação ambiental está em trazer aos homens um novo paradigma, que é a visão unificada de homem-natureza. A meta planetária desse processo educativo é conscientizar as sociedades de que a mudança de paradigma não é apenas possível, mas necessária. (ALMEIDA-JUNIOR, 1992; MATSUSHIMA, 1991). A educação ambiental alcança seu espaço, no que diz respeito a valores, quando o indivíduo torna-se capaz de distinguir as ações humanas no ambiente como

favoráveis ou prejudiciais e posiciona-se contra ou a favor, segundo aqueles novos valores que incorporou. (MEYER, 1991).

Nesse processo existe uma grande necessidade de se resgatar o convívio com a natureza. Hoje, a educação ficou muito teórica. É fundamental que atividades complementares ao ensino formal propiciem o convívio dos alunos com o entorno do espaço escolar e reservas ambientais, travando o contato do homem com a natureza e mudando assim suas ações e sentimentos em relação à natureza. Um processo de educação ambiental torna os indivíduos capazes de perceberem que esse meio em que vivem é construído pela história, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. (MADEIRA, 1992; MEYER, 1991; DIAS, 1992). Esse conhecimento leva a comunidade a reconhecer valores únicos dos locais onde vive, aumentando sua auto-estima e gerando orgulho em manter essa riqueza.

1 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação é um poderoso instrumento, tanto na estabilização quanto na transformação dos valores de uma sociedade. De acordo com o conceito de Almeida-Junior (1992): “[...] antropologicamente, educação é um processo de socialização por meio do qual o indivíduo humano adquire os valores, as atitudes e os comportamentos de sua sociedade e sua cultura”. A interdisciplinaridade, essencial à educação ambiental, é o resultado da leitura que cada profissional faz do ambiente. As várias leituras de um mesmo objeto levarão à elaboração de um outro saber que possibilita a compreensão do ambiente. Se desconectado da realidade viva e concreta, o conceito “educação ambiental” não traz embutido em si significado e sentido, nem justifica qualquer atividade que traga “embrulhado” algo que se diga “ecológico”. A educação ambiental é aquela que capacita as pessoas ao exercício de uma atuação consciente no espaço social, através de uma visão crítica da realidade. (MEYER, 1991). Reside nesse conceito a grande possibilidade de transformar o equívoco do conceito de educação ambiental, quando afirma que essa pode ser concebida dissociada da idéia de processo e de valores, idéias e posturas ou ideologia.

A sociedade contemporânea tem como característica o consumismo e a velocidade da informação, que limita as possibilidades de reflexão. O costume é “passar batido” para não perder tempo. (MATSUSHIMA, 1991). Essa mesma sociedade considera mais importante TER do que SER, e perdeu a essência do ser humano como ser histórico, levando à visão de que o EU substitui o NÓS. (FROMM, 1980). Por esses motivos, é necessário transformar os parâmetros do senso comum com os quais nos orientamos, que acabam por gerar a destruição dos ambientes e, por conseqüência, a perda de qualidade de vida, adotando uma nova interpretação do mundo. Nesse contexto, a educação ambiental pode oferecer respostas ao processo de adequação e

transformação da educação, desde que se proponha a conseguir a superação de posicionamentos ingênuos que hoje são vistos na análise dos problemas sócio-ambientais e, conseqüentemente, dos problemas pedagógicos. (MININNI-MEDINA; SANTOS, 2001). “Na prática a mesma educação que ensina pode deseducar e pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz, ou do que inventa que pode fazer”, como sugeriu Brandão (1981).

Mas devem-se superar as visões reducionistas da educação ambiental, uma vez que visões ingênuas, que apenas sensibilizam os sujeitos, como, por exemplo, as pedagogias naturalistas do contato com a natureza, embora importantes, não avançam além da sensibilização e não provocam mudanças. É necessária uma teoria pedagógica consistente, baseada na construção coletiva do conhecimento, na ação reflexiva e consciente e nas mudanças éticas de comportamentos que gerem tomadas de decisões participativas e democráticas. (MININNI-MEDINA, 1997).

O processo educativo encontra-se deteriorado, uma vez que predominam condições de ensino de baixa qualidade, os livros didáticos usam frequentemente linguagem e métodos que apenas favorecem a memorização, e os conteúdos na maioria das vezes estão dissociados da realidade dos alunos. Algumas teorias de ensino-aprendizagem sustentam que o saber é fruto de vivência e reflexão e da sistematização dos conteúdos tecnológicos e científicos, indo além dos conteúdos livrescos. Portanto, o que acontece no espaço em que ocorre o processo educativo não está isento de implicações sociais. (VEIGA, 1993).

2 ONDE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ACONTECE

Não existe, obrigatoriamente, um local para se fazer educação ambiental. Ela acontece a todo o momento e pode acontecer em qualquer espaço. Pode-se usar a sala de aula, áreas verdes ou o espaço urbano. Nem todos possuem o privilégio de contar com uma Reserva ou Parque Ecológico, mas todos podem visitar uma praça, um jardim ou um rio.

Um trabalho em educação ambiental deve reconhecer que a escola não é o único espaço onde acontece o aprendizado e não é obrigatoriamente nele que se inicia e se esgota a aula. O diálogo sobre o ambiente, questionando e respeitando o aprendizado teórico e vivencial dos alunos é fundamental para que esses repensem seus conceitos e elaborem seus próprios enunciados e propostas. No entanto, segundo Mendonça e Neiman (2003), a visita a uma área natural propicia a vivência e a experimentação, ferramentas para manifestação dos sentimentos, percepções e afetividades, extrapolando muitas vezes a proposta de estudo do meio estritamente baseada em conteúdos curriculares.

As áreas naturais protegidas são muito procuradas por visitantes e escolas. Através de trilhas que interpretam a natureza é possível que o aluno tenha oportunidade para reflexão sobre valores, o que é indispensável às mudanças de atitudes com relação a esse meio. A educação ambiental, nessa visão, possibilita a integração do homem com a natureza. (TABANEZ, 1996). Tanto os alunos ganham nesse processo, porque têm a oportunidade de aumentar seu conhecimento, como a área protegida, que ganha aliados que passam a se empenhar na sua proteção. Muitas vezes, essas áreas possuem características próprias, de muito valor ambiental, como espécies endêmicas de animais ou plantas, o que gera orgulho na população local, aumentando sua auto-estima, fator de grande importância na luta pela conservação de um ambiente. (NAGAGATTA, 1994; DIETZ; NAGAGATTA, 1997; PÁDUA et al., 2000).

O domínio afetivo das pessoas é mais facilmente mobilizado em ambientes menos estruturados, o que acontece em áreas abertas. Unindo o domínio afetivo e o cognitivo, nas experiências de educação em áreas livres, mais facilmente os alunos apresentarão mudanças de comportamento, o que é de extrema importância nas medidas de proteção e conservação ambiental.

3 DOMÍNIOS DA APRENDIZAGEM E COMO APRENDER

O conhecimento ocorre desde o nascimento e estende-se por todo o processo de vida, envolvendo a relação entre o novo e o que já se conhecia. (FERRANDEZ, 1975). A partir das interações com o meio físico e social em que vive, a criança passa por estágios de organização do pensamento através da assimilação e da acomodação, segundo o pensamento de Piaget (1952).

A aprendizagem está condicionada basicamente a três domínios: domínio cognitivo, domínio afetivo e domínio das habilidades. O cognitivo é o domínio do pensamento racional, da pesquisa e do conhecimento científico. O domínio afetivo é aquele ligado ao sentimento, emoções e julgamentos qualitativos. O domínio das habilidades é aquele encontrado nas pessoas que buscam alternativas para os problemas, através de suas capacidades práticas, como construir fornos que gastem menos lenha, maneiras de reciclar material poluente e, até mesmo, convencer pessoas e políticos a se engajarem em suas causas. (BERKMÜLLER, 1984).

A compreensão crítica pode levar ao aprendizado e gerar mudanças nos alunos. Para que tal compreensão seja alcançada, é necessário que o educador saiba que nenhuma educação é neutra e tanto pode libertar como reproduzir conceitos. Também se torna necessário saber o que de fato é importante para a comunidade e, assim, auxiliar na identificação dos problemas e busca de soluções. Tais soluções devem ser fruto de diálogos, visto que esses geram aprendizado mútuo na comunidade. (FREIRE, 1983).

Identificar na comunidade seu grau de aprendizagem e seus níveis de conhecimento é de extrema importância para o trabalho do educador ambiental. No processo de aprendizagem o domínio de conhecimento mais fácil de ser trabalhado é o domínio cognitivo. Esse pode ser alcançado usando-se leituras, material impresso, *slides*, experimentos, filmes e até atividades lúdicas. (BERKMÜLLER, 1984).

O domínio afetivo exige mais envolvimento com a comunidade e maior sensibilidade por parte do educador. Nessa fase passamos a tratar de valores, sentimentos e, principalmente, de ética. O juízo ético não pode partir de princípios abstratos, pois seria moralismo estéril. Nos problemas relativos ao meio ambiente não são os efeitos que devem ser questionados, mas as causas, para que os efeitos desastrosos sejam evitados. (MOSER, 1984). A aprendizagem desse domínio trará respostas aos problemas dentro de uma dimensão que vai além da preocupação com a geração atual e pensa em como nós vamos deixar o mundo para as futuras gerações.

O terceiro domínio é reflexo da maturidade do processo educativo, pois considera o conhecimento teórico, os valores adquiridos e as habilidades do indivíduo. Pensando em uma comunidade, as diferentes habilidades, potencializadas no grupo, devem fazer toda a diferença na busca e solução dos problemas encontrados no ambiente em que essa comunidade está inserida. (BERKMÜLLER, 1984).

Na educação formal e informal percebe-se que a educação ambiental avançou muito fora dos muros da universidade. Rompeu as barreiras epistemológicas e positivistas da visão racional do mundo em que se vive, revitalizando a própria ciência, o conhecimento científico e a forma de abordá-lo. (MENDONÇA; NEIMAN, 2003). Ainda segundo Mendonça e Neiman (2003), “mesmo após trinta anos de debate nessa área, percebe-se que o último espaço a ser conquistado [...] é justamente a universidade”.

O problema ecológico não está reduzido, portanto, a um problema técnico. É um problema humano, que revela um modo de ser desumano que deve ser mudado. (MOSER, 1984).

4 NOSSOS VALORES

4.1 O que são valores

Segundo Berkmüller (1984), os valores podem ser classificados em intangíveis, ecológicos e econômicos. Os valores intangíveis são aqueles que não podem ser quantificados em termos materiais. Entre esses estão os valores éticos, estéticos, culturais, recreativos e científico-educativos. Outro grupo de valores são os valores ecológicos, que são inerentes ao funcionamento e produtividade da floresta e aos outros sistemas naturais que dependem dela. O terceiro e último grupo são os valores econômicos. Alguns usos econômicos são

extrativos, mas existem também alguns deles que agregam valores intangíveis e ecológicos, como, por exemplo, o ecoturismo.

Os valores estão diretamente ligados ao grau de amadurecimento das pessoas ou das comunidades. Para Swindow (1985), existem basicamente quatro níveis de desenvolvimento mental: (1) o sensomotor (criança que mama); (2) pré-operacional (assimila os fundamentos mais simples); (3) nível das operações concretas (pensamento menos lógico) e (4) nível das operações formais (pensamento mais elaborado). Muitas vezes, em momentos de decisões difíceis, um grupo de líderes ou adultos estão no nível senso-motor ou pré-operacional, indicando que ainda não estão aptos a determinadas decisões, deixando que agentes externos à comunidade decidam por eles, o que nem sempre é o melhor para os moradores daquela região.

Além dos níveis de amadurecimento, ainda é importante lembrar que existem os níveis de desenvolvimento moral: (1) pré-convencional, centraliza-se na própria pessoa, onde o certo é o que não causa problemas a essa pessoa; (2) convencional, centraliza-se nos outros, quando certo é o que agrada as pessoas que estão perto desse indivíduo e (3) o nível pós-convencional que se centraliza em princípios. (SWINDOW, 1985). Atingir o nível das operações formais, aliado ao nível pós-convencional talvez seja o grande desafio da educação. Cidadãos maduros e firmados em princípios conservacionistas são seguramente os melhores tomadores de decisão e os melhores líderes. Cabe lembrar que o desafio não é fácil, mas é possível. Não basta ditar regras, uma vez que essas são externas. É necessário que os tomadores de decisão, junto à comunidade, sejam homens de princípios, visto que esses são internos¹.

Os valores dão caráter ao cidadão, eles marcam quem a pessoa é. A educação ambiental, se almeja mudanças nas comunidades escolares, deve pautar-se na formação de indivíduos que possuam princípios coerentes com a conservação da vida, ou seja, indivíduos com novos valores².

4.2 A educação ambiental e os valores

A educação ambiental deverá fomentar atitudes que contribuam para resolver crises ambientais. Muitos valores estão tão profundamente arraigados na sociedade que passam a fazer parte dos indivíduos sem que esses percebam que há alternativas. Muitas coisas são feitas porque sempre foram feitas de determinada forma ou porque todos fazem assim. O sistema de valores reflete a crença e a experiência de cada indivíduo. São os

¹ Princípios são aqueles valores que foram selecionados para fazer parte da vida do indivíduo, com base no que aprendeu a respeitar e valorizar.

² O conceito de valor pode ser simplificado como uma preferência ou uma escolha, ou seja, valor é uma possibilidade de escolha. Tudo o que as pessoas fazem demonstram seus valores. O que é felicidade? O que é sucesso? Do que tem medo? Do que gosta? O que é bom? O que é errado? Todas essas são questões de valor e a forma como são respondidas, individualmente ou pela comunidade, é que decidirá a sobrevivência ou não de um ecossistema.

valores que ditam a forma como as pessoas se comportarão frente aos impasses. De acordo com seus valores, as pessoas fazem compra, argumentam, criam filhos, votam e escolhem seus amigos. (FROMM, 1980).

Cultura e valores estão entrelaçados, pois as decisões são tomadas e os problemas resolvidos de acordo com os valores predominantes numa cultura. A função dos educadores é identificar e questionar aqueles valores que são incompatíveis com a integridade ambiental. Criar um público crítico e informado, capaz de avaliar se as decisões são social e ambientalmente justas, é função da educação dos valores ambientais, ou seja, da educação ambiental³.

A educação pode influir no sistema de valores de um indivíduo ou de uma comunidade, contribuindo para a solução de muitos problemas ambientais dentro da visão de sustentabilidade. A educação de valores não impõe valores corretos, mas sensibiliza os indivíduos, despertando-os para novas atitudes frente a problemas sociais e ambientais, antes mesmo que esses aconteçam.

A Educação Ambiental ajuda a formar cidadãos que são capazes de identificar os problemas e sugerir ações que tragam soluções cabíveis. Muitas vezes, tais soluções vêm porque esses cidadãos aprendem a raciocinar frente às pressões sobre o ambiente e antecipam-se, prevenindo problemas. A essência da educação ambiental é a mudança de paradigma, uma mudança que acontece de dentro para fora e afeta diretamente nossas atitudes. Essa mudança é urgente, pois os problemas ambientais mundiais estão aumentando e os homens serão os responsáveis diretos pelas lesões causadas no planeta. Para que possamos curar essas lesões é necessário que percebamos o mundo vivo ao nosso redor. (PÁDUA, 2000).

5 A TOMADA DE DECISÃO

A tomada de decisões em grupo necessita de tempo, confiança e sinceridade, portanto, o caminho para a democracia leva tempo. A prática de trazer diferentes pontos de vista à superfície torna possível a resolução de conflitos, já que essa diversidade de pontos de vista é esperada e necessária. As decisões de grupo devem incorporar as necessidades individuais, trabalhando as diferenças, para que os objetivos reflitam a necessidade do grupo.

Loureiro (1992) afirma que “participação é igualdade de poder no processo, respeito pelas experiências acumuladas por cada indivíduo e construção coletiva em busca da cidadania plena”. O método de negociação escolhido deve produzir um acordo sensato, justo e eficaz. As alianças devem ser construídas através de negociações. A educação ambiental firma-se na possibilidade de, em seu processo, conduzir os participantes a

³ Berkmiüller (1984) define o termo educação de valores ambientais como sinônimo de educação ambiental.

uma tomada de decisão que projete os resultados desse processo de gestão de conflitos nas ações executadas pelo grupo. (DIETZ; NAGAGATTA, 1997).

6 MUDANDO ATITUDES POR AMOR OU POR MEDO

Uma das correntes da psicologia social afirma que, para o indivíduo ter atitudes coerentes com a conservação da vida do planeta, ele deverá amá-la. No entanto, para que seja amada, a natureza precisa ser conhecida. É a linha da educação positiva. (NAGAGATTA, 1994; PÁDUA, 2000).

A segunda corrente tem seus mais fortes defensores na França e afirma que as pessoas são resistentes a mudanças e suas atitudes não mudam nem mesmo quando passam a conhecer dados científicos que evidenciam que suas ações destroem o meio ambiente. A simples alusão ao risco não é suficiente para gerar mudanças, já que esse risco é remetido a outro indivíduo e não a si próprio. Para que um indivíduo se disponha a mudanças ele deve se sentir diretamente atingido pelo risco. A sensibilização à degradação ambiental parece ser mais forte logo após catástrofes, como enchentes e epidemias. Percebe-se daí que o conhecimento do problema ambiental é necessário, porém insuficiente para gerar mudança de valores e atitudes. (LAYRARGUES, 2000).

Existem ainda aqueles que afirmam que as agressões ao meio ambiente são fruto de um modelo de desenvolvimento injusto e cruel, no qual poucos ficam com a maior parte do bolo. Defende-se a hipótese de que as pessoas só mudarão a maneira de usar os recursos se mudarem as relações que mantêm entre si. Nessa visão, as questões ambientais ficam basicamente condicionadas por questões políticas e, assim, o problema ambiental só será resolvido se ao mesmo tempo for também resolvido o problema da fome e da miséria. (MADEIRA, 1992).

A percepção do risco ambiental não é inata (LAYRARGUES, 2000), mas para que essa seja aprendida, a pergunta a responder é: qual a correta medida entre conteúdos e metodologias, sentimentos e conhecimentos, abordagem negativa e positiva? Não existe vácuo na educação; a todo o momento procura-se adequá-la aos valores e normas. Educar, portanto, não é adestrar indivíduos com conteúdos técnicos, valores externos à comunidade, mas formar membros de uma comunidade que a sustentarão e permitirão sua sobrevivência. Fazendo previsões para esse século, Mininni-Medina (1997) afirma que “a educação ambiental para o século XXI deverá responder ao desafio ambiental contemporâneo através da compreensão de uma mudança radical dos valores da sociedade atual e da necessidade de sua urgente transformação para assegurar a própria sobrevivência da espécie humana e da vida em todos os seus aspectos”.

CONCLUSÃO

“Cuidar conscientemente do ambiente em que se vive supõe a participação ativa dos cidadãos na formulação de seus valores e na reestruturação das relações dos indivíduos consigo mesmos e em relação ao próximo, construindo uma sociedade fundada em novos princípios éticos”. (MENDONÇA; NEIMAN, 2003, p. 13).

O homem e suas comunidades atribuem maior valor àquilo que consideram melhor segundo seus próprios interesses, o que, muitas vezes, coincide com o uso extrativo e econômico do recurso. O que as pessoas valorizam depende basicamente de sua visão de mundo e sua formação.

Conservar a natureza é um importante componente do desenvolvimento, possibilitando ao homem alcançar um modelo sustentável de vida para hoje e para as gerações futuras. Pensando assim, é indispensável agir racionalmente quanto ao uso dos recursos naturais. Não há mais espaço para modificações na natureza que sejam irreversíveis ou que destruam a vida. A qualidade de vida do homem poderá ser fruto de uma busca de novas atitudes e, portanto, de novas posturas frente à conservação da biodiversidade.

Nesse contexto, a educação ambiental aparece como poderoso instrumento de tomada de consciência de novos valores e atitudes. Torna-se necessário aprender e admitir que a natureza não existe em função apenas dos homens. A natureza é, sim, um sistema interdependente de formas vivas e não vivas, onde o homem é apenas uma delas. A escola, reconhecidamente um espaço privilegiado para o exercício da educação dita ambiental, deve estar inserida no processo de mudança de valores daqueles que em pouco tempo atuarão como educadores. Não só no conhecimento teórico-metodológico, mas, principalmente, adquirindo novas posturas frente às questões ambientais que, muito além de parques e reservas ecológicas, discute e posiciona-se na busca de melhoria da qualidade de vida de todos os seres vivos e das futuras gerações, garantindo a sustentabilidade da vida. Resta-nos concordar com Fromm (1980):

Pela primeira vez na história, a sobrevivência física da espécie humana depende de uma radical mudança do coração humano. Todavia, uma transformação do coração humano só é possível na medida em que ocorram drásticas transformações econômicas e sociais que dêem ao coração humano a oportunidade para mudança, coragem e visão para consegui-la.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-JUNIOR, J. M. G. Educação como instrumento de transformação. In: BARROS, E. R. **Desenvolvimento e educação ambiental**. Brasília: INEP, 1992. p. 71-87.

- BERKMÜLLER, K. **Educación ambiental sobre el bosque lluvioso**. Tradução de Hermán Torres. Washington DC: IUCN, 1984.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.
- DIETZ, L. H.; NAGAGATTA, E.Y. Programa de Conservação do Mico-leão-dourado: Atividade de educação comunitária para a conservação da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro. In: PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Org.) **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997. p 133-146.
- FERRANDEZ, A.; SARRAMONA, J. **La educacion - constantes y problematica actual**. Barcelona: Ediciones CEAC, 1975.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1983.
- FROMM, E. **Ter ou ser?** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- LA YRARGUES, P. P. Como desenvolver uma consciência ecológica? In: TAMAIO, I.; SINNICCO, S. (Coord.) **Educador Ambiental: 6 anos de experiências e debates**. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p. 95-99.
- LOUREIRO, C. B. F. **Educação ambiental e classes populares: teoria e prática de uma pesquisa participativa**. 1992. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- SINNICCO, S. (Coord.) **Educador ambiental: 6 anos de experiências e debates**. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p. 95-99.
- MADEIRA, J. N. Desenvolvimento e educação ambiental. In: BARROS, E. R. **Desenvolvimento e educação ambiental**. Brasília: INEP, 1992. p. 17-23.
- MATSUSHIMA, K. Dilema contemporâneo e educação ambiental: uma abordagem arquetípica e holística. **Em Aberto**, Brasília, ano X, n. 49, p. 15-34, jan.-mar. 1991.
- MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **À sombra das árvores – transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse**. São Paulo: Chronos, 2003.
- MEYER, M. A. Z. Educação ambiental: uma proposta pedagógica. **Em Aberto**, Brasília, ano X, n. 49, p 41-46, jan.-mar. 1991.
- MININNI-MEDINA, N. Breve histórico da educação ambiental. In: PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Org.) **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997.
- MININNI-MEDINA, N.; SANTOS, E. C. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.
- MOSER, A. **O problema ecológico e suas implicações éticas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.
- NAGAGATTA, E. Y. **Evaluation of community-based conservation education: a case study of Golden-headed Lion Tamarin Education Program in Bahia State, Brazil**. 1994. 99 f. Thesis (Master of Science) - Department of Park and Recreation Resources, Michigan State University, Michigan, 1994.

PÁDUA, S. M. EA é questionada durante Assembléia Geral da UICN. In: TAMAIO, I.; SINICO, S. (Coord.). **Educador ambiental: 6 anos de experiências e debates**. São Paulo: WWF Brasil, 2000. p. 30-32.

PÁDUA, S. M. et al. Conservation through ecotourism. In: INTERNATIONAL CONGRESS & EXHIBITION ON ECOTURISM, 2., 2000, Salvador. **Anais...** Salvador-Bahia-Brasil: Sociedade Biosfera, 2000. p. 104-107.

SWINDOW, C. **Firme seus valores**. Belo Horizonte: Betânia. 1985.

TABANEZ, M. F. A eficácia de um curso de educação ambiental não formal para professores numa área natural – Estação Ecológica dos Caetetus, SP. **Revista do Instituto Florestal de São Paulo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 71-88, jul. 1996.

VEIGA, I. P. A. Nos laboratórios e oficinas escolares: a demonstração didática. In: _____. (Org.) **Técnicas de ensino: por que não?** 2. ed. Campinas-São Paulo: Papyrus, 1993. p. 131-146.